

Gutman Uchôa de Mendonça

Escreve aos sábados e às terças-feiras neste espaço
Site: www.uchoademendonca.jor.br

Decorridos 50 anos, essa gente derrotada naquela ocasião pelas Forças Armadas tomou conta do poder, graças à incapacidade de 80% de brasileiros

Inversão do direito

A Constituição brasileira, um formidável calhamaço promulgado pelo Congresso Nacional em 1988, diz no seu Art. 5º (Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais) – “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; II – Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. “Por esse diapasão, caminha a Constituição...”

Quero ser crítico de tudo no meu país e, se por alguma razão, de forma inadvertida, fugir do caminho, possa prejudicar quem quer que seja, sair dos limites da minha coerência e desrespeitar meu semelhante, estarei pronto a pedir desculpas, me penitenciar do erro



cometido, pouco me importando o que possam pensar de mim. Me preocupa, somente, o que penso de mim mesmo.

Não discuto direitos, respeito-os, mas não aceito a forma como nossos homens públicos estão conduzindo os negócios nacionais. Estamos sendo conduzidos por um bando de irresponsáveis, pessoas completamente divorciadas do que seja princípios éticos e morais. Tem 50 anos que a sociedade brasileira saiu às ruas, em procissão, convocando as Forças Armadas para tomar conta do poder, impedir que gente sem um mínimo de escrúpulos transformasse esta nação numa sucursal cubana, na melhor das hipóteses...

Decorridos 50 anos, essa gente derrotada naquela ocasião, mercê da montagem de um mecanismo de pressões, através das greves, da destruição dos centros do empreendedorismo industriais em território paulista, com base na doutrina da Internacional Socialista, tomou conta do poder, graças à incapacidade de 80% de brasileiros.

Pode acontecer uma grande tragédia política no Brasil se o PT perder as eleições de outubro próximo. É impossível prever-se o que poderá acontecer, se tirarem o poder dessa gente mensaleira. Vamos esperar.

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas
E-mail: roberto.simoese@ufes.br

O Estado não suporta mais fazer contratações na educação? Em quanto tempo é possível reduzir os temporários no ensino médio de 67% para 5%?

Educação e DTs

Selecionei duas mensagens, ambas enviadas por docentes temporários, que dão vida ao artigo da terça-feira passada. No Ensino Médio, destaquei resultados da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). O Espírito Santo aparece em primeiro lugar na contratação de docentes temporários. E, em segundo, na de profissionais sem formação específica para dar aula. Desse jeito, a educação é essencial para o desenvolvimento?

Passo a escrita a uma colega temporária: “Fui aprovada no último concurso da Sedu 2012, na disciplina de Arte, e até o momento nem eu, nem os 378 aprovados fomos nomeados”. E o que é desalentador: “Ressalto também que fomos chamados para assumir aulas em designação temporária. É um absurdo, pois sabemos que existe vaga”. É uma nova modalidade de contratação: concursada temporária.

Na outra mensagem, mostra-se o resultado do entra e sai dos docentes nas escolas: “Além de enfrentar sérios problemas, como não poder dar sequência ao trabalho, visto que todo ano estamos em uma escola diferente, a educação precarizada e abandonada pelo poder

público reflete na vida dos alunos e de nós profissionais”.

Ocorre que o concurso da Sedu 2012 “tem seu término em 23 de abril de 2014. Tentamos por diversas vezes, através de telefonemas e até mesmo indo à Sedu saber sobre o andamento do concurso. As informações que obtivemos foram sempre para aguardarmos as publicações no Diário Oficial e no site da Sedu”. O que acontecerá com o concurso e os concursados?

As contratações permanentes no Estado estão sob a influência da pressão social e das pesquisas de opinião. A ênfase é na segurança – uma necessidade. Mas esgotou-se a possibilidade de o Tesouro suportar contratações na educação? Em quanto tempo é possível reduzir os temporários no ensino médio de 67% para 5%?

De uma maneira geral, para superar o trabalho temporário no governo estadual, quais são as prioridades, o ritmo e a intensidade de contratação com responsabilidade fiscal? O debate precisa abranger: a) dinheiro público e as “gorduras” nos poderes, b) pessoal, custeio e investimento em educação, saúde e segurança pública, e, c) tempo e recursos necessários para viabilizá-las. A visão de curto prazo e setorial impede a busca de uma trajetória viável para melhorar os serviços públicos. Será que possível mudar essa situação se a unanimidade em 2014 não possibilita o debate público e aberto com a sociedade?